

O governo está vivo e passa bem

Como comentou ironicamente o escritor americano Mark Twain ao ler nos jornais a notícia do seu falecimento, é o caso de dizer que há um “ligeiro exagero” nos vaticínios das cassandras da mídia sobre o prematuro definhamento do atual governo, em razão das acusações do senador Antonio Carlos Magalhães de que o chefe do Executivo é tolerante com os bolsões de corrupção na administração federal.

Os duros comentários do presidente, no anúncio das prioridades para os seus dois derradeiros anos de mandato; a reafirmação do apoio do PFL ao Planalto para o prosseguimento do programa de reformas que, a rigor, era seu, antes de ser abraçado por Fernando Henrique; e o próprio alcance da “Agenda 2001-2002”, destinando R\$ 67,2 bilhões às áreas de promoção social e infra-estrutura demonstram que o governo está mais vivo e saudável do que desejariam os seus inimigos, estando de posse de sua integridade política, doutrinária e operacional.

Do muito que disse o presidente ao anunciar a sua “Agenda”, dois aspectos precisam ser ressaltados para que a opinião pública identifique no que consistem e o que exprimem os problemas criados por Antonio Carlos, a partir de sua frustrada tentativa de impedir a eleição de Jader Barbalho à presidência do Senado – para além da atoarda com que o político baiano ocupa espaço no dia-a-dia. Co-

mo se sabe, ele culpa o presidente por não ter barrado o caminho do ex-governador paraense. A imputação é acintosa.

Se Barbalho é corrupto – e há indícios eloqüentes de que se trata de um predador compulsivo do patrimônio público – até agora os seus delitos passaram incólumes pelo Ministério Público do Pará, pelo Banco Central e ainda pelo Tribunal de Contas da União, que não ratificou as sucessivas denúncias que acompanharam a sua passagem pelos Ministérios da Reforma Agrária e da Previdência, perto das quais o propalado caso do Banpará talvez seja o menor dos escândalos.

Mas o fato é que ninguém tentou se valer desse rico dossiê de denúncias e processos interrompidos de investigação para impedir a eleição de Barbalho para o Senado e, muito menos, para tentar cassar seu mandato depois de eleito, o que lhe deu o direito de disputar – e ganhar – a presidência do Senado. Se o presidente se insurgisse contra a sua pretensão, cometeria uma ingerência grosseira – e politicamente suicida – em assunto interno do Poder Legislativo. Como disse Fernando Henrique, Jader Barbalho “não é uma questão de governo, é uma questão que, se houver, é burocrática ou dos tribunais”.



O mesmo raciocínio ele aplicou para rebater a gritaria por uma CPI sobre as acusações de Antonio Carlos na Sudam e no DNER e sobre a corrupção no governo, em geral, o que inclui o caso Eduardo Jorge. “Se eu estiver envolvido, se o governo como instituição estiver envolvido”, a CPI teria sentido. “Fora disso, se houver deslize, que seja punido, mas nos canais adequados”, advertiu, citando o Ministério Público, a Polícia Federal, o Judiciário, as “instituições democráticas”. Esse é o primeiro aspecto a ressaltar da fala presidencial: a democracia brasileira possui mecanismos institucionais aptos a apurar e eventualmente punir atos de improbidade.

Tais instrumentos passam longe do “paredão”, literal ou metafórico, onde todas as ditaduras liquidam sumariamente qualquer tipo de delito. O que leva ao segundo e talvez mais importante aspecto da questão. Para o presidente, “imposições repentinas”, como as do senador, são manifestações de uma cultura política autoritária da qual os seus portadores não conseguem se livrar – sobretudo, é o caso de aduzir, quando se entrelaçam com uma personalidade autoritária que não admite ser contestada. “Sem que as normas sejam respeitadas, os que se arvoram moralistas são, na verdade, ditado-

res disfarçados”, definiu Fernando Henrique.

A corrupção decerto é inimiga dos valores republicanos. Mas o combate à corrupção que ignora as instituições, os procedimentos legais e até a liturgia moderadora dos conflitos políticos na ordem democrática pode ser tão nefasto para ela como o desvio contumaz de recursos públicos. “Como a coisa mais corriqueira, a primeira idéia que se tem é o impeachment

O presidente tornou a delimitar o campo da guerra contra os corruptos

do presidente, crime de responsabilidade?” Esse é o ponto: aqui, a oposição só pensa em “derubar o governo” e nunca em ajudar o governo a acertar, em benefi-

ício do povo. Assim, o presidente, além de expor a marca de Caim do ex-aliado, tornou a delimitar nitidamente o campo da guerra movida por seu governo aos corruptos.

Não há que esperar, porém, que isso venha a “civilizar” a atuação do senador pefelista. Ele continuará tocando o seu “trombone”, como disse o presidente, em duo com outro inimigo seu, o senador Roberto Requião, do PMDB – ambos politicamente marginalizados nos seus partidos e, por isso mesmo, capazes de fazer muito barulho, mas impotentes para tirar o governo dos trilhos.